

Intervenção sobre a Petição nº 7/2016 – Mudança de Instalações de Serviços Camarários para o Edifício Entreposto, na Assembleia Municipal de Lisboa de 18 de Outubro de 2016

Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes saúda a iniciativa dos trabalhadores que, através da petição que agora apreciamos, trazem à discussão preocupações relacionadas com as suas condições de trabalho.

A venda do Complexo Municipal de Alcântara, no designado Triângulo Dourado, para construção de um hospital privado, está na origem da transferência destes trabalhadores para o Edifício Entreposto, nos Olivais, pelo qual a Câmara terá que pagar 3,4 milhões, por um período de cinco anos. Só depois disso, e se tudo acontecer conforme planeado, os trabalhadores passarão para um terreno municipal, que a autarquia entretanto adquiriu por três milhões de euros.

Logo à partida, este processo parece-nos completamente errado, por se favorecer o negócio especulativo imobiliário. Algo que, aliás, começa a ser habitual com este executivo, pela mão de quem também se destruiu um quartel em perfeitas condições, para construção de um outro hospital privado.

Compreendemos a parte da optimização dos recursos, de se tentar ganhar em eficiência, eficácia e qualidade. Mas tirar trabalhadores de um local para outro que, tal como estava projectado, não reunia as devidas condições, e ter que pagar a terceiros por isso, parece-nos, no mínimo, irracional.

Esta petição remete-nos para um conjunto de preocupações por parte dos trabalhadores, no âmbito desta transferência, e apresenta dois objectivos principais: a audiência prévia aos trabalhadores e a correcção do projecto para o Edifício Entreposto.

E, de facto, a Câmara não assegurou, num primeiro momento, as condições que se exigem para garantir o bem-estar dos trabalhadores e um funcionamento adequado dos serviços, nem assegurou, de início e dentro dos prazos estipulados, uma transferência com a participação dos trabalhadores envolvidos, minimizando eventuais receios e reservas.

Razão pela qual, o sindicato representativo dos trabalhadores denunciou não ter sido auscultado previamente, apenas foi informado do que seriam já factos consumados.

Assim que tivemos conhecimento deste processo, solicitámos uma visita ao Edifício Entreposto. Acabámos por realizar essa visita, por iniciativa do Sr. Vereador, com vários deputados e vereadores, onde foram focadas algumas das questões suscitadas no documento entregue pelos peticionários, designadamente em relação às condições de insonorização, da qualidade do ar, da luminosidade, ao

funcionamento do laboratório de acústica, às condições das instalações sanitárias e das copas e à exagerada densidade de postos de trabalho.

A questão essencial aqui é: por que não se parte logo do princípio que é fundamental envolver previamente os trabalhadores? Para quê criar instabilidade e mal-estar nos trabalhadores?

Sobre a transferência para o Entreposto, há ainda uma outra situação que é o facto de estar previsto que os trabalhadores do Complexo da Boavista e da Cruz das Oliveiras passem também para os Olivais. Não havendo necessidade de realizar já esta mudança, seria desejável não criar novos problemas, até porque os trabalhadores terão que ser novamente deslocalizados quando o novo edifício municipal estiver concluído.

Os Verdes reconhecem, assim, a pertinência desta petição e saúdam a iniciativa, principalmente porque foi um alerta e um contributo para que houvesse alterações e correcções ao projecto inicial, algo que se conseguiu através da mobilização destes trabalhadores.

Reforçamos ainda a necessidade de esta Assembleia acompanhar de perto as condições dos trabalhadores e a evolução deste processo, tal como consta das recomendações dirigidas à Câmara Municipal de Lisboa.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”